

ADULTIZAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS PARA GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E APLICAÇÃO DO ECA DIGITAL

Lucas Oliveira de Jesus¹; Miguel Arantes Rangel Muniz²; Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo³; Viviane Bastos Machado⁴.

¹Discente; ²Discente; ³Docente; ⁴Docente.

E-mail do autor principal: 230022340@aluno.unig.edu.br

A proteção integral de crianças e adolescentes, encontra-se diante da crescente incidência dos fenômenos de adultização e sexualização precoce na sociedade contemporânea. Tais processos, intensificados pelo ambiente digital, impactam diretamente o desenvolvimento psicológico, social e moral de crianças e adolescentes. O presente Projeto de Iniciação Científica tem como finalidade examinar os fenômenos da adultização e da sexualização de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea, evidenciando seus efeitos na formação moral e social, bem como os desafios existentes para a efetivação da proteção integral garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e pelo ECA Digital (Lei nº 15.211/2025). Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida por meio de análise bibliográfica e documental. A investigação concentra-se na interpretação dos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente relacionados aos direitos fundamentais, bem como nas disposições do ECA Digital voltadas à proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual. Adicionalmente, são examinados dados e publicações de órgãos oficiais e instituições de defesa dos direitos humanos, como o Ministério dos Direitos Humanos, o CONANDA e o UNICEF, com o objetivo de compreender como famílias, escolas e o poder público têm enfrentado a antecipação de comportamentos adultos e a erotização precoce na infância e adolescência. Espera-se identificar que a adultização e a sexualização precoce configuram formas simbólicas de violação de direitos, afetando o desenvolvimento psicológico, moral e social de crianças e adolescentes. A pesquisa também pretende evidenciar lacunas na efetivação das normas protetivas, especialmente no contexto digital, e destacar a necessidade de articulação entre legislação, políticas públicas e práticas educativas. De forma preliminar, conclui-se que o enfrentamento desses fenômenos exige atuação integrada entre Estado, família e instituições educacionais, aliada ao fortalecimento de políticas públicas e à promoção da educação digital e afetiva. Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento das estratégias de proteção infantojuvenil e para o aprofundamento do debate acadêmico sobre

a garantia dos direitos de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea, especialmente no ambiente digital.

Palavras-chave: Adultização. Sexualização. Criança e adolescente.

